



**SOCIEDADE BRASILEIRA DE NEUROPSICOPEDAGOGIA – SBNPP**  
**CONSELHO TÉCNICO-PROFISSIONAL**  
**NOTA TÉCNICA Nº 02/2017**

**ASSUNTO**

Orientações e indicações para protocolo de atendimento em Neuropsicopedagogia, distinguindo o contexto de atuação clínica e institucional.

**OBJETIVO**

Esta Nota Técnica tem o objetivo de informar aos profissionais formados em Neuropsicopedagogia, com contexto de atuação definido conforme os art. 29, 30 e 31 do Código de Ética Técnico-Profissional, sobre procedimentos técnicos para atuar no campo institucional e clínico, através de protocolos com indicações de testes e atividades.

**CONSIDERAÇÕES**

**Considerando** as atribuições e responsabilidades do Profissional descritas nos artigos 34 e 35 do Estatuto e no Regimento Interno da Sociedade Brasileira de Neuropsicopedagogia - SBNPP aprovado em 1º de julho de 2014;

**Considerando** que o Código de Ética, Técnico-Profissional da Neuropsicopedagogia, Resolução nº 03/2014 é um instrumento norteador da Neuropsicopedagogia de forma ampla, o qual corrobora para dirimir questões de natureza deontológica e técnico-científicas desta associação, pertinentes ao campo da Neuropsicopedagogia;

**Considerando** as atividades de Grupos de Pesquisas de Instituições de Ensino Superior acompanhadas pelos Membros deste Conselho, assim como todas as atividades e as conjunturas de atuação do Neuropsicopedagogo no contexto social de inserção profissional em cujo cerne se torna indispensável este Conselho Técnico-Profissional, norteado pelas características de atuação, e as norteando em detalhamento nesta nota, embasada, portanto, em estudos, atividades e situações pertinentes ao universo de atuação do Neuropsicopedagogo;



**Considerando**, a Nota Técnica 01/2016 que orienta sobre as atividades do Neuropsicopedagogo no contexto Clínico e Institucional;

**Considerando**, finalmente, as orientações abaixo fundamentadas nas exposições acima correlacionadas, que visam atender a demanda advinda da necessidade crescente de incluir este profissional no ensino público, no privado, em atividades do terceiro setor e na atuação em equipes multiprofissionais, bem como relacioná-las à formação adequada ao exercício da atividade profissional em Neuropsicopedagogia de acordo com princípios técnico-científicos e deontológicos.

## **ORIENTAÇÕES:**

### **1ª) Sobre avaliação e intervenção neuropsicopedagógica:**

Segundo Russo (2015):

Os estudos mostram que a abordagem quantitativa é fortemente baseada em normas, análises fatoriais e estudos de validade. Os testes formais são métodos estruturados aplicados com instruções específicas e normas derivadas de uma população representativa. Os resultados são descritos a partir de média e desvio-padrão, que permitem a utilização de cálculos para comparação, e, embora permitam uma avaliação quantitativa, os testes formais podem ser interpretados qualitativamente (p.107).

Existem vários instrumentos disponíveis para a investigação dos diferentes aspectos das funções cognitivas, variando em sua forma de apresentação, complexidade das tarefas envolvidas, critérios de correções e normas disponíveis. A seleção de instrumentos a ser utilizada é realizada de acordo com os objetivos da avaliação, e o neuropsicopedagogo deverá buscar materiais não vetados para seu uso, que forneçam parâmetros para analisar/avaliar tanto as dificuldades como as facilidades de aprendizagem do sujeito.

É oportuno ressaltar, que na prática de avaliação devemos utilizar instrumentos com estudos e padronização brasileira.

O neuropsicopedagogo deve consultar o site <http://satepsi.cfp.org.br/>, no item **instrumentos não privativos de psicólogos**, e verificar os instrumentos (testes, escalas) que estão favoráveis ao uso, pois há possibilidade do teste/escala ser considerado desfavorável em determinado momento para reestudo. Segundo o código de ética profissional do psicólogo o termo **NÃO PRIVATIVO**, trata-se de instrumento que pode ser utilizado tanto pela Psicologia quanto por outras profissões.



O mesmo procedimento deve ser feito em relação aos instrumentos da área de fonoaudiologia. Para tanto, é necessário consultar o Conselho Federal de Fonoaudiologia por meio do site <http://www.fonoaudiologia.org.br/cffa>. Hoje temos muitas autoras/pesquisadoras que disponibilizam escalas, protocolos e testes para uso coletivo nas escolas e nos espaços de aprendizagem, clínicas e consultórios.

Na avaliação qualitativa neuropsicopedagógica, o neuropsicopedagogo clínico e institucional pode utilizar as provas piagetianas e as etapas psicogenéticas no processo de alfabetização, pois tanto a epistemologia genética de Jean Piaget como os estudos psicogenéticos de Emília Ferreiro, Ana Teberosky e colaboradores, fazem parte do conteúdo dos livros didáticos destinados à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental da escola brasileira.

Os estudos mostram que a Neurociência não fornece estratégias de ensino, pois este papel é da Pedagogia, que utiliza os conhecimentos da didática e das metodologias de ensino como suporte para o ensino e aprendizagem. É a Neurociência e a Psicologia Cognitiva que possibilitam compreender a aprendizagem, ressaltando os aspectos desde as questões neurológicas e biológicas, até a cognição. A primeira, por meio de experimentos comportamentais e do uso da ressonância magnética, tomografia, entre outras técnicas, observa as alterações do cérebro durante o desenvolvimento. A segunda refere-se ao estudo do conhecimento investigando aprendizagem, pensamento, raciocínio, formação de conceitos, memória, inteligência. Volta-se para os significados, levando em consideração evidências indiretas para explicitar como os sujeitos percebem, interpretam e utilizam o conhecimento adquirido. O estudo destas áreas fundamenta o neuropsicopedagogo clínico e institucional a compreender o desenvolvimento global do ser humano, bem como suas dificuldades de aprendizagem.

De Luria, aduz que os neuropsicopedagogos clínicos e institucionais, tem sua base teórica para compreender o desenvolvimento humano, a organização funcional do cérebro e a aprendizagem. De Piaget, Vigotsky, entre outros teóricos do desenvolvimento e aprendizagem, têm os subsídios para entender o contexto escolar, o projeto pedagógico da escola, os projetos de trabalho e os protocolos de inclusão.

À luz da neurociência, a seleção dos estímulos adequados para produzir a aprendizagem, considerando a qualidade deles, poderá determinar a efetividade da aprendizagem do sujeito. A percepção capturada pelo sistema nervoso periférico, levado através de corrente elétrica ao cérebro localizado no sistema nervoso central, desencadeará um processo de reelaboração dos conhecimentos, que até então foram compostos pelo sujeito aprendente.

A Teoria da Epistemologia genética diz que, nesse momento, ocorre um processo de apropriação, que por sua vez, possibilitará a desequilibração ao que já



havia sido elaborado anteriormente pelo sujeito. Ao ocorrer a assimilação dos conhecimentos novos, ou seja, quando o cérebro através de sua atividade reorganiza o conhecimento adquirido por este novo estímulo, tem então, a acomodação, ou seja, uma nova construção cognitiva elaborada.

O foco é propor uma intervenção que amplie as possibilidades de percepção de quem aprende, e por sua vez, aumentam as conjecturas cognitivas deste. As etapas psicogenéticas do processo de alfabetização são superadas de acordo com a intervenção pedagógica de um outro profissional. O estabelecimento das redes neurais que promovem a aprendizagem a partir do estímulo adequado é responsável por esta superação. Quando temos uma criança em fase pré-silábica, por exemplo, a qualidade da intervenção do profissional para que ela avance em sua aprendizagem é imprescindível. Vejamos:

Se oferecido a criança em fase silábica com valor sonoro, todas as letras do alfabeto para compor seu nome, ela poderá organizar uma seleção destas que, possivelmente farão expressar o seu nível de desenvolvimento real, ou seja, o conhecimento que tem em acomodação. Poderá, pela etapa em que se encontra, utilizar apenas consoantes para escrever seu nome. Se a intervenção for oferecer a criança apenas as letras que compõe seu nome, desafiando-a a organizá-las sem que reste uma delas fora desta composição, possibilitaremos durante a atividade que faça várias combinações entre vogais e consoantes até encontrar uma possibilidade que lhe pareça traduzir a escrita do seu nome.

Nesse momento, a proposta clara da intervenção, possibilitará a percepção do aumento da quantidade de letras em detrimento das que costuma utilizar para escrever seu nome. Isso a desequilibra. E por quê? Pelo fato da percepção do aumento desta quantidade de letras capturado pela percepção visual, leva um estímulo ao cérebro que favorece uma nova elaboração cognitiva. Assim, será possível, por exemplo, estabelecer uma relação entre consoantes e vogais para que sejam produzidos os sons, e avançar da etapa silábica para a alfabética. É perceptível que a qualidade do estímulo selecionado, pautado em uma escolha à luz das teorias da aprendizagem, relacionadas à Neurociência aplicada à Educação, tem maior efetividade.

Sob este entendimento das Neurociências aplicada à Educação, a seguir elencamos os instrumentos NÃO RESTRITOS ao uso de neuropsicopedagogos. A cada dia surgem no mercado vários instrumentos de avaliação, e nesse sentido, o neuropsicopedagogo precisa estar atualizado em relação aos testes e escalas com estudos de população brasileira, eliminando do seu protocolo de avaliação neuropsicopedagógica, material sem estudo brasileiro e intervenções sem referencial teórico.



## 2ª) Sobre o protocolo de material para Avaliação e Intervenção Neuropsicopedagógica Clínica:

Abaixo segue tabela estruturada com os instrumentos, os quais a SBPNP é favorável para utilização nas atividades de avaliação e intervenção, seguido do objetivo da avaliação e/ou intervenção, bem como a faixa etária a ser aplicada. Em contexto clínico, lembramos que estas ações estão pautadas na Nota Técnica nº1/2016, prevendo a identificação das ocorrências conforme queixa apresentada pelo paciente e o tratamento de questões específicas e individuais que envolvam a aprendizagem.

PROTOCOLO DE MATERIAL PARA AVALIAÇÃO NEUROPSICOPEDAGÓGICA CLÍNICA		
Instrumento	O que avalia	Faixa etária
<b>Pré-requisitos à Alfabetização</b> IAR – Pré-Requisitos à Alfabetização <a href="http://www.centraldidatica.com">www.centraldidatica.com</a>	Pré-requisitos: 13 provas	6 anos
Teste de Vocabulário por Figuras – USP – Capovilla Livro: Teste de Vocabulário por Figuras – USP <a href="http://WWW.memnon.com.br">WWW.memnon.com.br</a>	Vocabulário receptivo Vocabulário expressivo	Auditivo: 18 meses a 6 anos e Expressivo: 18 meses aos 5 anos
Avaliação Neuropsicológica Cognitiva: Linguagem Oral – Volume 2 – (Seabra & Dias) <a href="http://WWW.memnon.com.br">WWW.memnon.com.br</a>	Discriminação fonológica Nomeação Repetição de Palavras e pseudopalavras Consciência fonológica por produção oral Consciência sintática	3 a 6 anos 3 a 14 anos 3 a 14 anos 3 a 14 anos 3 a 6 anos 11 a 14 anos
Avaliação Neuropsicológica Cognitiva: Leitura, Escrita e Aritmética – Vol.3 Teste Contrastivo de Compreensão Auditiva e de Leitura 2 subtestes: Subteste de Compreensão de Sentenças Escritas Subteste de Compreensão de Palavras faladas Prova escrita sob ditado (versão reduzida) <a href="http://www.memnon.com.br">www.memnon.com.br</a>	Verificar se a dificuldade específica da criança refere-se à compreensão da linguagem escrita ou à compreensão linguística  Avaliar a habilidade da escrita	6 a 11 anos  6 a 11 anos
TCLPP – Teste de Competência de Leitura de Palavras e Pseudopalavras (Seabra, Capovilla) <a href="http://www.centraldidatica.com.br">www.centraldidatica.com.br</a>	Avaliação da competência de leitura silenciosa de palavras isoladas, e coadjuvante para o diagnóstico diferencial de distúrbios de aquisição de leitura.	1ª a 5ª série [terminologia antiga do E.F.]
Avaliação da Compreensão Leitora de Textos Expositivos (Saraiva, Moojen, Munarski) <a href="http://www.casadopsicologo.com.br">www.casadopsicologo.com.br</a>	Compreensão da leitura.	Ensino Fundamental I, II, Médio e Adulto
Compreensão da Leitura de Palavras e Frases (Oliveira e Capellini, 2014) Provas de avaliação para escolares no início da alfabetização	A habilidade para compreender o significado da palavra escrita A habilidade para compreender o significado da frase escrita	2º ano do EFI



	A habilidade de compreensão da frase escrita a partir da figura	
PROADE – Proposta de Avaliação das dificuldades escolares (Bacha, Volpe, 2014) Página 45 do teste informa: versão para profissionais não fonoaudiólogos	Leitura, escrita e matemática Caderno de Aplicação consta: Linguagem oral [provas: nomeação, repetição oral, cenas de elaboração oral, sequência lógica] Leitura [de letras, de palavras, vogais, sílabas simples e palavras conhecidas, de textos, compreensão de leitura] Escrita [a partir de figuras, lista de palavras para ditado] Matemática [para cada ano escolar]	1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I
PROCOMLE – Protocolo de Avaliação da Compreensão de Leitura para escolares INSTRUMENTO ABERTO PARA PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE E EDUCAÇÃO	Compreensão de leitura	3º ao 5º ano
Pro-Ortografia - Pró-fono Batista ABERTA A VERSÃO COLETIVA para professores e coordenadores pedagógicos no contexto escolar (coletivo) Batista, A.O.; Cervera-Mérida, J.F.; Ygual-Fernández A.; Capellini, S.A. PARA SONDAGEM DO DESEMPENHO ORTOGRÁFICO PODE SER UTILIZADA APENAS A PROVA DE DITADO DE PALAVRAS	Desempenho ortográfico	2º ao 5º ano
APET – Análise da Produção Escrita de textos. Forte, L.K; Scarpa, M.L.; Kubota, R.S. – Editora Pulso	Questionário, texto narrativo e dissertativo-argumentativo	5º ano ao 3º Ensino Médio
CONFIAS – Consciência Fonológica - instrumento de avaliação sequencial (Moojen, S. coord) <a href="http://www.casadopsicologo.com.br">www.casadopsicologo.com.br</a>	Consciência fonológica de forma abrangente e sequencial	A partir de 4 anos
TDE – Teste de Desempenho Escolar (Stein) <a href="http://www.casadopsicologo.com.br">www.casadopsicologo.com.br</a>	Leitura, escrita e Aritmética	1ª a 6ª série do E.Fund [terminologia antiga]
PROLEC – Provas de Avaliação dos Processos de Leitura (Capellini, Oliveira, Cuetos – adaptação brasileira) <a href="http://www.casadopsicologo.com.br">www.casadopsicologo.com.br</a>	Identificar as dificuldades que interferem no processo de desenvolvimento da leitura, atuando como um guia para orientar programas de recuperação	2º ao 5º ano do E.F.
Facilitando a Alfabetização multissensorial, fônica e articulatória [vol. 1 e 2]. Caderno Multissensorial Cartilha criada ABD – Associação Brasileira de CD da ABD explicando o instrumento. Muito bem explicado cientificamente. Maria Ângela Nogueira Nico - fonoaudióloga Áurea Maria Stavale Gonçalves - psicóloga Ed.Booktoy	Auxiliar crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem, principalmente aquelas com dislexia ou com risco de dislexia	Alfabetização
Prohfon – Protocolo de Avaliação das Habilidades Metafonológicas. Giseli Donadon Germano – Simone A.Capellini – fonoaudiólogas	Avaliar as habilidades metafonológicas	2º ao 5º ano do EF 1



Objetivo: ABERTO segundo as autoras e pode ser utilizado em contexto educacional de forma coletiva ou individual		
CORUJA – PROMAT – Roteiro para Sondagem de Habilidades Matemáticas – Ensino Fundamental 1 <a href="http://www.projecto-psi.com.br/">http://www.projecto-psi.com.br/</a>	Verificar se as competências básicas foram adquiridas	1º ao 5º ano
Avaliação Neuropsicológica Cognitiva - Atenção e Funções Executivas – (Seabra, Dias) vol. 1 <a href="http://www.memnon.com.br">www.memnon.com.br</a>	Atenção seletiva Atenção seletiva com demanda de alternância Função executiva e flexibilidade cognitiva Habilidade de planejamento, flexibilidade e resolução de problemas	5 até 14 anos  6 até 14 anos  11 até 14 anos
EME-IJ – Escala para Avaliação da Motivação Escolar Infanto-juvenil <a href="http://WWW.casadopsicologo.com.br">WWW.casadopsicologo.com.br</a>	Motivação escolar intrínseca Motivação extrínseca Motivação escolar geral da pessoa	8 a 11 anos
EAVAP-EF Escala de Avaliação das estratégias de aprendizagem <a href="http://WWW.casadopsicologo.com.br">WWW.casadopsicologo.com.br</a>	Dificuldades para estudar e aprender	7 a 16 anos
DCDQ- Questionário de Coordenação	Realiza uma triagem sobre histórico do desenvolvimento motora da criança ou do adolescente ( deve ser respondido com os pais)	5 a 14 anos
Ficha de Acompanhamento do Desempenho Motor	Realiza triagem sobre histórico do desenvolvimento motor no estágio inicial de vida	01 mês à 07 anos
GMFM - ESCALA GROSS MOTOR FUNCTION MEASURE	Avalia 5 dimensões de movimentos rudimentares	06 meses a 12 anos
MABC-2 A é composta por oito tarefas divididas em três classes de tarefas: (1) destreza manual; (2) mirar e receber; (3) equilíbrio. As tarefas são divididas em três faixas: (faixa 1) 3 a 6 anos; (faixa 2) 7 a 10 anos; (faixa 3) 11 a 16 anos. As oito tarefas compreendem três com habilidades de destreza manual, duas com habilidades de mirar e receber e três com habilidades de equilíbrio.	Permite realizar uma avaliação motora completa, que tem como objetivo classificar se a idade física é correspondente ao seu desenvolvimento motor	06/07 anos a 14 anos
TGMD-2 Test of Gross Motor Development – second edition, é um teste referenciado por norma e por critério que avalia o desenvolvimento motor de crianças de. É composto de doze habilidades motoras fundamentais, subdivididas em dois sub-testes compostos estes por seis movimentos fundamentais de locomoção (correr, galopar, passada, saltar com um pé, salto horizontal e corrida lateral) e seis movimentos fundamentais manipulativos (de controle de objeto) (rebatida, quicar, receber, chutar, arremessar e rolar).	Os itens apresentados no teste são divididos por critérios de execução, possibilitando a criança demonstrar competência na execução da habilidade avaliada, permitindo assim identificar dificuldades motoras de maneira precoce	3 anos completos (3-0) a 10 anos e 11 meses (10-11).
Manual de Avaliação Motora. – Escala de Desenvolvimento Motor (EDM) 2 Edição 2014	Analisar os problemas estabelecidos; diferenciar os diversos tipos de debilidade; suspeitar e inclusive afirmar a presença de dificuldades escolares, perturbações motoras e problemas de conduta; avaliar os progressos da criança, durante seu desenvolvimento evolutivo; identificar os sinais de	3 a 10 anos



	alerta nos transtornos neuroevolutivos; acompanhar a criança em diferentes etapas evolutivas	
Teste de Integração Viso-Motora Beery VMI	É um teste utilizado para avaliar a habilidade de integração visuo-motora. Consiste na reprodução de 24 figuras geométricas dispostas em ordem crescente de dificuldade. É composto de dois testes suplementares, o de Percepção Visual, do inglês Visual Perceptual (VP) e o de Coordenação Motora, do inglês Motor Coordination (MC) os quais foram adicionados na revisão realizada em 1997 no intuito de proporcionar recurso para avaliar estatisticamente as contribuições visual e motora para a performance na integração visuo-motora	2 a 100 anos
Teste de Tempo de Reação da Régua –	Avalia tempo de reação simples	04 a 100 anos
Teste de processamento mental de dupla escolha (DMCPT)	Avalia tempo de reação de discriminação simples e complexa através de formato digital	06 a 80 anos
Escala de Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (ETDAH-AD) Edyleine Bellini Peroni Benczik - Editora Vetor	Objetivo: Auxiliar no processo diagnóstico do TDAH, com a possibilidade de distinguir a apresentação do transtorno, a intensidade e o nível de prejuízo existente (leve, moderado e grave) Permitir a elaboração de um plano de intervenção, seja esta psicológica, neuropsicológica, educacional, social, vocacional ou profissional, psicopedagógica, entre outras	adolescentes e adultos com idade compreendida entre 12 e 87 anos

### **3ª) Sobre o protocolo de material para Avaliação e Intervenção Neuropsicopedagógica Institucional :**

Conforme característica do campo de atuação, é possível aplicar no trabalho institucional, em que se compreende a coletividade como princípio, atividades também possíveis de se aplicar no contexto clínico. Contudo, orientamos que aqui, o objetivo da atuação conforme Nota Técnica nº 01/2016 é o trabalho voltado para





identificação precoce e inclusão. Assim, para esta atividade a SBNPp, se coloca favorável aos seguintes instrumentos.

PROTOCOLO DE MATERIAL PARA AVALIAÇÃO E INTERVENÇÃO EM NEUROPSICOPEDAGÓGICA INSTITUCIONAL		
Instrumento	O que avalia	Faixa etária
<b>Pré-requisitos à Alfabetização</b> IAR – Pré-Requisitos à Alfabetização <a href="http://www.centraldidatica.com">www.centraldidatica.com</a>	Pré-requisitos: 13 provas	6 anos
Pro-Ortografia - Pró-fono Batista ABERTA A VERSÃO COLETIVA para professores e coordenadores pedagógicos no contexto escolar (coletivo) Batista, A.O.; Cervera-Mérida, J.F.; Ygual-Fernández A.; Capellini, S.A. PARA SONDAGEM DO DESEMPENHO ORTOGRÁFICO PODE SER UTILIZADA APENAS A PROVA DE DITADO DE PALAVRAS	Desempenho ortográfico	2º ao 5º ano
APET – Análise da Produção Escrita de textos. Forte, L.K; Scarpa, M.L.; Kubota, R.S. – Editora Pulso	Questionário, texto narrativo e dissertativo-argumentativo	5º ano ao 3º Ensino Médio
Facilitando a Alfabetização multissensorial, fônica e articulatória [vol.1 e 2]. Caderno Multissensorial Cartilha criada ABD – Associação Brasileira de CD da ABD explicando o instrumento. Muito bem explicado cientificamente. Maria Ângela Nogueira Nico - fonoaudióloga Áurea Maria Stavale Gonçalves - psicóloga Ed.Booktoy	Auxiliar crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem, principalmente aquelas com dislexia ou com risco de dislexia	alfabetização
Prohfon – Protocolo de Avaliação das Habilidades Metafonológicas. Giseli Donadon Germano – Simone A. Capellini – fonoaudiólogas Objetivo: ABERTO segundo as autoras e pode ser utilizado em contexto educacional de forma coletiva ou individual	Avaliar as habilidades metafonológicas	2º ao 5º ano do EF 1
CORUJA – PROMAT – Roteiro para Sondagem de Habilidades Matemáticas – Ensino Fundamental 1 <a href="http://www.projecto-psi.com.br/">http://www.projecto-psi.com.br/</a>	Verificar se as competências básicas foram adquiridas	1º ao 5º ano
EME-IJ – Escala para Avaliação da Motivação Escolar Infanto-juvenil <a href="http://WWW.casadopsicologo.com.br">WWW.casadopsicologo.com.br</a>	Motivação escolar intrínseca Motivação extrínseca Motivação escolar geral da pessoa	8 a 11 anos
EAVAP-EF Escala de Avaliação das estratégias de aprendizagem <a href="http://WWW.casadopsicologo.com.br">WWW.casadopsicologo.com.br</a>	Dificuldades para estudar e aprender	7 a 16 anos
Alliende, F. et al. Compreensão da Leitura vol.1,2,3 – Editorial Psy II	Compreensão da leitura	7 a 9 anos 10 a 12 anos adolescentes
DCDQ- Questionário de Coordenação	Realiza uma triagem sobre histórico do desenvolvimento motora da criança ou do adolescente ( deve ser respondido com os pais)	5 a 14 anos
Ficha de Acompanhamento do Desempenho Motor	Realiza triagem sobre histórico do desenvolvimento motor no estágio inicial de vida	01 mês à 07 anos



GMFM - ESCALA GROSS MOTOR FUNCTION MEASURE	Avalia 5 dimensões de movimentos rudimentares	06 meses a 12 anos
TGMD-2 Test of Gross Motor Development – second condition é um teste referenciado por norma e por critério que avalia o desenvolvimento motor de crianças de. É composto de doze habilidades motoras fundamentais, subdivididas em dois sub-testes compostos estes por seis movimentos fundamentais de locomoção (correr, galopar, passada, saltar com um pé, salto horizontal e corrida lateral) e seis movimentos fundamentais manipulativos (de controle de objeto) (rebatida, quicar, receber, chutar, arremessar e rolar).	Os itens apresentados no teste são divididos por critérios de execução, possibilitando a criança demonstrar competência na execução da habilidade avaliada, permitindo assim identificar dificuldades motoras de maneira precoce	3 anos completos (3-0) a 10 anos e 11 meses (10-11).
Manual de Avaliação Motora. – Escala de Desenvolvimento Motor (EDM) 2 Edição 2014	Analisar os problemas estabelecidos; diferenciar os diversos tipos de debilidade; suspeitar e inclusive afirmar a presença de dificuldades escolares, perturbações motoras e problemas de conduta; avaliar os progressos da criança, durante seu desenvolvimento evolutivo; identificar os sinais de alerta nos transtornos neuroevolutivos; acompanhar a criança em diferentes etapas evolutivas	3 a 10 anos
Escala de Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (ETDAH-AD) Edyleine Bellini Peroni Benczik - Editora Vetor	Objetivo: Auxiliar no processo diagnóstico do TDAH, com a possibilidade de distinguir a apresentação do transtorno, a intensidade e o nível de prejuízo existente (leve, moderado e grave) Permitir a elaboração de um plano de intervenção, seja esta psicológica, neuropsicológica, educacional, social, vocacional ou profissional, psicopedagógica, entre outras	adolescentes e adultos com idade compreendida entre 12 e 87 anos

#### **4ª) Eixos teórico-práticos norteadores da Avaliação e Intervenção Neuropsicopedagógica no contexto Institucional e Clínico:**

O Neuropsicopedagogo em seu processo de avaliação e intervenção deve ser capaz de:

- a) Aplicar conceitos da Neurociência à Educação, compreendendo que esta última é um processo que ocorre em diferentes espaços sociais e por diferentes mediadores.
- b) Compreender que os constructos da Neurociência aplicada à Educação precisam da interface com a Pedagogia e Psicologia Cognitiva para assim traçar as ações que sejam efetivas, pois estarão pautadas na aprendizagem de conceitos, habilidades e comportamentos bem como a forma como propor o ensino destes quesitos.



- c) Entender, identificar e estimular o funcionamento de todo sistema nervoso a partir das duas competências anteriores, focando nas funções executivas.
- d) Utilizar-se da metodologia transdisciplinar para definir seu planejamento de avaliação e intervenção, dialogando com as disciplinas, mas visando sempre uma visão além do que está posto.
- e) Reintegrar os sujeitos que atende de acordo com seus avanços e características particulares nos aspectos pessoal, social e educacional.

Estas ações devem ser desempenhadas considerando o Código de Ética, Técnico-Profissional, considerando a ética e o respeito ao espaço de atuação de outros profissionais da saúde e educação.

### **5ª) Indicações para sessão de atendimento clínico – individual:**

A avaliação neuropsicopedagógica no contexto clínico é estruturada da seguinte forma:

- a) 1ª sessão – Anamnese (esta pode ser elaborada de acordo com as características do trabalho de cada profissional e a queixa/contexto de cada atendimento);
- b) 3 a 4 sessões de 1h1/2 para avaliação. Pode ocorrer em até 3 vezes na semana, viabilizando a entrega rápida ao profissional de saúde solicitante ou escola, visando ao processo, se necessário, adequações pedagógicas;
- c) Uma sessão para devolutiva aos pais e responsáveis, sendo possível a entrega de laudo técnico para encaminhar aos profissionais de saúde para fechamento de diagnósticos embasados no trabalho em equipe multiprofissional;
- d) Contato com a escola para orientações acadêmicas, visando à melhoria da aprendizagem do aluno.

Para intervenção neuropsicopedagógica no contexto clínico:

- a) Elaborar plano de intervenção traçando metas iniciais, intermediárias e finais para avanços da aprendizagem;
- b) Costuma-se trabalhar com duas sessões semanais;
- c) Analisar o cumprimento das metas, comunicando os avanços a família e a escola, bem como outros profissionais da equipe multiprofissional;
- d) Analisar a possibilidade de alta, em casos específicos, de dificuldades de aprendizagem transitórias, salvo os casos que necessitem de acompanhamento constante.

### **6ª) Indicações para sessões de atendimento institucional – coletivos:**

#### **6.1) Contexto Escolar**



- a) Em conjunto com a equipe técnica-pedagógica, o Neuropsicopedagogo observa e detecta as demandas que necessitam de avaliação e intervenção;
- b) Define e seleciona instrumentos de uso coletivo, conforme indicado nesta nota, para que identifique o que necessita ser trabalhado: funções executivas, habilidades sociais, linguagem, habilidades matemáticas, comportamento motor;
- c) Como intervenção, planeja e executa projetos de trabalho ou oficinas temáticas. O tempo será administrado pelos indicadores dos objetivos atingidos.

Observação: empregar a anamnese no contexto coletivo requer cuidado. Este recurso indicamos para o trabalho clínico, pois devemos ter o cuidado de não adentrar na atuação de outros profissionais como o Assistente Social.

## 6.2) Terceiro Setor

- a) Cada instituição tem um ramo de atividades que desempenha, para assim, escolher as melhores formas de atendimento. O Neuropsicopedagogo deverá conhecer as características destas onde vai atuar. Elas podem ser: CRAS, OCIPs, ONGs, APAEs;
- b) Ele atenderá de forma coletiva, e dependendo do caso, individual para que faça encaminhamentos a outros profissionais especializados;
- c) Segue os procedimentos do Planejamento Institucional citado no item 6.1, inclusive considerando a observação quanto a anamnese.

## **7ª) Indicações e recomendações finais - sobre testagens, protocolos e estratégias de Intervenção:**

Importante ressaltar o que o Neuropsicopedagogo, tanto Clínico, quanto institucional pode avaliar em se tratando de desenvolvimento e aprendizagem:

- ✓ Atenção e funções executivas;
- ✓ Linguagem;
- ✓ Compreensão leitora;
- ✓ Memória de aprendizagem;
- ✓ Motivação - intrínseca e extrínseca;
- ✓ Estratégias de aprendizagem;
- ✓ Desenvolvimento neuromotor;
- ✓ Habilidade matemáticas;
- ✓ Habilidades sociais.



Especificamente sobre as habilidades sociais é necessária atenção para proceder ao realizar o processo de avaliação e intervenção. É incontestável que ocorra a aprendizagem de padrão de comportamento através dela, porém o neuropsicopedagogo precisa ter cautela para não adentrar no espaço de atuação de outros profissionais. Isso pode ocorrer com maior facilidade no contexto clínico. Assim, nossos estudos e indicações é que a trabalhemos inicialmente no contexto institucional. O trabalho relacionado a Cognição Social também se encontram com o foco de aprofundamento de estudos.

Contudo, sobre as questões emocionais (no contexto clínico), de inteligência e humor, apesar de ser necessário conhecimentos sobre eles ao Neuropsicopedagogo por conta de sua visão transdisciplinar, a indicação é que sejam trabalhos por profissionais da Psicologia e Neuropsicologia. No contexto institucional, necessariamente as emoções possui um papel importante, e podem ser trabalhadas e moduladas através de estratégias voltadas as habilidades sociais.

Para o embasamento das atividades de Avaliação e Intervenção Neuropsicopedagógicas orientamos que o profissional em Neuropsicopedagogia utilize Código Internacional de Doenças – CID 10, considerando sempre suas atualizações, o CIF - *Classificações Internacionais da Organização Mundial de Saúde* (OMS) (*World Health Organization Family of International Classifications - WHO-FIC*), DSM V – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais e a A APA – American Psychological Association, pois ela representa a Psicologia Científica dos Estados Unidos, podendo auxiliar no conhecimento de novos saberes desta área.

Os documentos acima apresentados são manuais estatísticos, porém, possuem critérios de avaliação para dificuldades de aprendizagem e podem orientar a realização de anamnese, além de conter diversos interesses do neuropsicopedagogo.

Outras associações e conselhos são bases para direcionar a atuação neuropsicopedagógica, uma vez que estes caminham com preceitos comuns à Sociedade Brasileira de Neuropsicopedagogia. Citamos CONFEF/CDF e CREFITO, no que tange ao embasamento técnico e científico, algo que primamos em nossa associação.

É relevante considerar que esta Sociedade, conforme embasa seu Estatuto é uma associação sem fins lucrativos. Assim, esclarecemos que a indicação de quaisquer materiais realizado pelo Conselho Técnico-Profissional não tem por base o recebimento de qualquer bônus para os membros que fazem parte da administração ou conselhos. Baseia-se na questão técnica e científica em favor da implementação e estudos da Neuropsicopedagogia.

Ponderada esta informação, temos alguns instrumentos que podem ser indicados para intervenção, mas possuem recomendações de nossa parte por conta



da forma como são comercializados ou por possuírem uma formação específica para serem aplicados. O investimento para atuação do profissional é importante. Tendo clara essa premissa, cada um deve analisar a melhor forma de potencializar os seus serviços em Neuropsicopedagogia para oferecer à sociedade brasileira. Assim, até essa data temos:

Indicação	Recomendação.
COGMED	Observar a necessidade de formação adequada para aplicá-lo. É um teste que tem questões de comercialização à serem observados.
SUPERA ONLINE	Observar as questões de comercialização e seguir de acordo com as instruções para aplicar adequadamente.
PEI – Programa de Enriquecimento Instrumental	Observar a necessidade de formação adequada para aplicá-lo, pois será necessário um investimento de tempo à longo prazo.
Neurofeedback	Observar a necessidade de formação adequada para aplicá-lo.

A Neuropsicopedagogia pode trabalhar com pessoas de diferentes faixas etárias. Contudo, para tal, precisa reconhecer o limiar da sua atuação quanto ao trabalho com idosos, pois em suas bases curriculares ainda não está previsto disciplinas voltadas ao trabalho com essa população. Necessitaria aprofundamento sobre conhecimentos voltados a doenças degenerativas e questões específicas que, atualmente, são tratadas pela Neuropsicologia. Desta forma, fica sob estudo desse Conselho, as vias para adentrarmos na atuação com mais esse aspecto do desenvolvimento humano. Em tempo, é preciso considerar que dentro da estrutura da Educação Brasileira temos o EJA – Educação de Jovens e Adultos que merece atenção, e o trabalho da Neuropsicopedagogia pode abarcar questões didáticas e metodológicas desse aspecto no campo da linguagem.

Sobre a atuação no contexto institucional, reforçamos que é possível considerar algo inovador ao realizar-se o trabalho com as funções executivas dentro dos contextos coletivos, especificamente dentro das escolas. Este é um aspecto próprio da Neuropsicopedagogia. Reforçamos que temos pesquisas e estudos nesse foco também, porém, a indicação da atuação são sondagens, trabalhos com as estratégias de aprendizagem através de metodologias específicas, que envolvem aspectos didáticos e pedagógicos. Assim, este trabalho transcende testagens e protocolos alcançando aspectos da atuação docente e escolar, com apoio do Neuropsicopedagogo, realizando projetos e oficinas.

As escalas de motivação e de estratégias de estudo são padronizadas, abertas e importantíssimas no contexto escolar, pois alimentará propostas de



intervenção através de projetos, uma vez que fica detectado se a criança tem motivação intrínseca e/ou extrínseca. Assim, o Neuropsicopedagogo será o profissional que detectará questões a serem trabalhadas no contexto escolar e as quais, necessariamente, precisam ser encaminhadas para outro profissional ou contexto clínico de atuação. Nesse aspecto, temos escalas abertas, padronizadas em população brasileira, a qual indicamos como SNAP IV e Escala Conners.

Para que a organização curricular dos cursos de Neuropsicopedagogia consigam atingir maior qualidade na formação dos futuros neuropsicopedagogos, indicamos que a formação do contexto clínico e institucional sejam em cursos específicos, com carga horária diferenciada previsto em nosso Código de Ética Técnico-Profissional da Neuropsicopedagogia, colocando ementas e conteúdos específicos da avaliação e intervenção conforme as demandas que apresentam cada um. Ou seja, a convalidação dessa disciplina entre os cursos não é indicada, pois pode acarretar prejuízos na formação técnica desse profissional.

Joinville/SC, 22 de Maio de 2017.

## **Conselho Técnico-Profissional da SBNPp**

### **REFERÊNCIAS**

CÓDIGO DE ÉTICA DA NEUROPSICOPEDAGOGIA. SBNPp. **Resolução SBNPp N° 03/2014**. Joinville/SC. 2014. Disponível em: <<http://www.sbnpp.com.br/wp-content/uploads/2016/11/Codigo-de-etica-atualizado-2016.pdf>> Acesso em 22/05/2017.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

NTCTP-SBNPp. **Nota Técnica N° 01/2016**. Conselho Técnico-Profissional da SBNPp. Disponível em: <<http://www.sbnpp.com.br/wp-content/uploads/2016/11/Nota-T%C3%A9cnica-01-2016-agosto.pdf>>. Acesso em: 22/05/2017.

PIAGET, J. **O Nascimento da Inteligência na Criança**. 4 ed. Editora LTC, 1987.

RUSSO, R.M.T. **Neuropsicopedagogia Clínica: introdução, conceitos, teoria e prática**. Curitiba: Juruá, 2015.



**SOCIEDADE BRASILEIRA DE NEUROPSICOLOGIA – SBNPP**  
**CONSELHO TÉCNICO-PROFISSIONAL**  
**NOTA TÉCNICA Nº 01/2016**

**ASSUNTO**

Orientações acerca das atividades do Neuropsicopedagogo, conforme as demandas nos diferentes contextos de atuação e que, obrigatoriamente, devem adequar-se aos projetos curriculares dos cursos de formação frequentados pelo indivíduo.

**OBJETIVO**

Esta Nota Técnica tem o objetivo de informar os órgãos competentes interessados, orientando-os a incluir, em seu quadro efetivo de profissionais, o cargo de Neuropsicopedagogo delineando as atividades que deverão ser realizadas, bem como detalhar os contextos de formação de acordo com a gênese adequada e realizada para isso.

**CONSIDERAÇÕES**

**Considerando** as atribuições e responsabilidades do Profissional descritas nos artigos 33 e 34 do Estatuto Oficial e no Regimento Interno da Sociedade Brasileira de Neuropsicopedagogia - SBNPP aprovado em 01 de julho de 2014;

**Considerando** que o Código de Ética Técnico-Profissional da Neuropsicopedagogia, Resolução 03/2014, é um instrumento norteador da neuropsicopedagogia de forma ampla, o qual corrobora para dirimir questões de natureza deontológica e técnico-científicas desta associação, pertinentes ao campo da Neuropsicopedagogia;

**Considerando** as atividades de Grupos de Pesquisas de Instituições de Ensino Superior acompanhadas pelos Membros deste Conselho, assim como todas as atividades e as conjunturas de atuação do Neuropsicopedagogo no contexto social de inserção profissional em cujo cerne se torna indispensável este Conselho Técnico-Profissional, norteado pelas características de atuação e as norteando, em





detalhamento nesta nota, embasada, portanto, em estudos, atividades e situações de pertinentes ao universo de atuação do Neuropsicopedagogo;

**Considerando** finalmente, as orientações abaixo fundamentadas nas exposições acima correlacionadas, que visam a atender a demanda advinda da necessidade crescente de se incluir este profissional no ensino público, no privado, em atividades do terceiro setor e na atuação em equipes multiprofissionais, bem como relacioná-las à formação adequada ao exercício da atividade profissional em Neuropsicopedagogia de acordo com princípios técnico-científicos e deontológicos.

## **ORIENTAÇÕES:**

### **1ª. Da função, atuação e seus objetivos**

A atuação do Neuropsicopedagogo tem o objetivo de promover uma educação de qualidade, com foco no trabalho efetivo da Educação Inclusiva, bem como o atendimento prioritário às crianças e jovens com dificuldades de aprendizagem. A função do Neuropsicopedagogo Institucional da Educação Especial, junto à Equipe Técnica das Escolas atende a demandas relacionadas aos processos de aprendizagem no âmbito da coletividade, entretanto com possibilidade de tratar particularidades relacionadas à construção do conhecimento científico-acadêmico, com o intuito de promover o desenvolvimento sócio-pessoal e educacional de todos os alunos que possuem dificuldades.

A ação profissional deve estar de acordo com o Código de Ética Técnico-Profissional da Sociedade Brasileira de Neuropsicopedagogia - SBNPp e o profissional de Neuropsicopedagogia deve possuir o registro de associado nesta associação, comprovando seu cadastro como Titular-Profissional.

A definição de Neuropsicopedagogia, que norteia o embasamento da atuação teórico-prática deste profissional deve estar de acordo com o Art. 10º. da Resolução 03/2014 da SBNPp:

A Neuropsicopedagogia é uma ciência transdisciplinar, fundamentada nos conhecimentos da Neurociências aplicada à educação, com interfaces da Pedagogia e Psicologia Cognitiva que tem como objeto formal de estudo a relação entre o funcionamento do sistema nervoso e a aprendizagem



humana numa perspectiva de reintegração pessoal, social e educacional..  
(Art. 10º. Resolução 03/2014 – SBNPP)

O contexto para realizar o exercício profissional em Neuropsicopedagogia se diferencia entre o âmbito Institucional, voltado especificamente à Educação Especial Inclusiva, e ao âmbito Clínico. Esta descrição é detalhada através do Art. 29 e 30 da resolução supracitada:

Art. 29. A Neuropsicopedagogia tem características próprias de atuação e considera contextos diferenciados para tal, de acordo com a característica dos espaços nos quais é possível desempenhar o exercício da Profissão. Por isso, para definir as suas formas de atuação, toma como base:

§ 1º A atuação Institucional, na qual tem como espaço de atuação, instituições que tem no princípio de suas atividades o trabalho coletivo. §2º A atuação Clínica, na qual tem como espaço de atuação o atendimento individualizado, focado em planos de intervenção específicos.

§3º Conforme avanços nos estudos realizados por esta nova ciência, a SBNPP poderá prever novos espaços de atuação neste código, atendendo as revisões bienais, conforme previsto no artigo 2º deste documento.

Artigo 30. Ao Neuropsicopedagogo com formação na área Institucional, conforme descrito no Capítulo V, fica delimitada sua atuação com atendimentos neuropsicopedagógicos exclusivamente em ambientes educacionais e/ou instituições de atendimento coletivo.

§1º Entende-se que sua atuação na área de Institucional possa acontecer em instituições como Escolas Públicas e Particulares, Centros de Educação, Instituições de Ensino Superior e Terceiro Setor que tem finalidade de oferecer serviços sociais, sem foco na distribuição de lucros, mas com administração privada, sendo composto por associações, cooperativas, organização não-governamentais, entre outros.

§2º São bases da atuação institucional os fundamentos da Educação Especial e da Educação Inclusiva, com embasamento legal e de práticas sociais, que deverão ser pensadas através da aplicação das neurociências ao ambiente educacional. devendo contemplar as seguintes ações:

- a) Observação, identificação e análise dos ambientes e dos grupos de pessoas atendidas, focando nas questões relacionadas a aprendizagem e ao desenvolvimento humano nas áreas motoras, cognitivas e comportamentais, considerando os preceitos da Neurociência aplicada a Educação, em interface com a Pedagogia e Psicologia.
- b) Criação de estratégias que viabilizem o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem dos que são atendidos nos espaços coletivos
- c) Encaminhamento de pessoas atendidas a outros profissionais quando o caso for de outra área de atuação/especialização contribuir com aspectos específicos que influenciam na aprendizagem e no desenvolvimento humano.

Artigo 31. Ao Neuropsicopedagogo com formação na área Clínica, conforme descrito no Capítulo V, fica delimitada sua atuação com atendimentos neuropsicopedagógicos individualizados em setting adequado, como consultório particular, espaço de atendimento, posto de saúde, terceiro setor, conforme características institucionais dispostas no Art. 29 e Hospitais. Os atendimentos em local escolar ou hospitalar devem acontecer de forma individual e em local adequado.

§1º Entende-se que sua atuação na área clínica, pode atender o aspecto multiprofissional de acordo com o espaço no qual o neuropsicopedagogo estará inserido e deve contemplar:

- a) Observação, identificação e análise dos ambientes sociais no qual está inserido a pessoa atendida, focando nas questões relacionadas a



- aprendizagem e ao desenvolvimento humano nas áreas motoras, cognitivas e comportamentais;
- b) Avaliação, intervenção e acompanhamento do indivíduo com dificuldades de aprendizagem, transtornos, síndromes ou altas habilidades que causam prejuízos na aprendizagem escolar e social, através de um plano de intervenção específico que prevê sessões contínuas de atendimento
- c) Criação de estratégias que viabilizem o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem do aluno;
- d) Utilização de protocolos e instrumentos de avaliação e reabilitação devidamente validados, respeitando sua formação de graduação;
- e) Elaboração de relatórios, laudos e pareceres técnicos profissionais;
- f) Encaminhamento a outros profissionais quando o caso for de outra área de atuação/especialização.

As atividades do Neuropsicopedagogo Institucional da Educação Especial Inclusiva, o qual pode atuar em escolas e no terceiro setor, devem ser cumpridas de forma cautelosa no sentido ético, técnico e profissional, atendendo à Resolução 03/2014 em seu capítulo II que descreve os princípios fundamentais e diretrizes para a atuação. Elas devem apreciar:

#### I) Identificação Precoce:

- a) Realizar investigação a partir de queixas advindas dos professores ou Equipe Técnica da Escola, executando observações direcionadas, pautados em instrumentos próprios do Neuropsicopedagogo da Educação Especial Inclusiva e/ou que estejam de acordo com as diretrizes da do Código de Ética Técnico-Profissional (03/2014 – SBNPP);
- b) Sondagem/triagem acadêmica no âmbito coletivo através de materiais e instrumentos próprios desta nova ciência ou outros que são abertos a diferentes profissionais, contudo devem ser embasados teoricamente e com padronização brasileira;
- c) Direcionar a identificação precoce as funções cognitivas, atenção, memória de trabalho, linguagem (recepção/expressão), compreensão (interpretação/intelecção), linguagem matemática, observação psicomotora, habilidades sociais, planejamento e resolução de problemas.

#### II) Planejamento e Intervenção:

- a) A partir de dados e realidades identificados, elaborar um plano de intervenção junto de pequenos grupos, em classes inteiras, ou individualmente, em casos específicos, estabelecendo metas iniciais, intermediárias e finais;
- b) Utilizar a metodologia de projetos de trabalho e oficinas temáticas, oportunizando que os alunos desenvolvam diferentes habilidades conforme suas individualidades, respeitando a cada um, promovendo a inclusão através da ação do neuropsicopedagogo;
- c) Trabalhar com orientação de pais e professores embasados nos conhecimentos sobre o processo de aprendizagem e suas dificuldades, conforme dados obtidos no processo de identificação precoce em grupos e crianças;



- d) Emitir parecer neuropsicopedagógico com bases institucionais, indicando como devemos tratar a individualidade nos processos de aprendizagem, bem como questões coletivas, assegurando o processo de inclusão, levando ao conhecimento da Equipe Técnica da Escola (professores, coordenadores, atendimento educacional especializado entre outros);
- e) Encaminhamento de crianças a profissionais de área específica, quando necessário.

As atividades do Neuropsicopedagogo Clínico, reservadas ao espaço de atendimento adequado, consistem períodos de atendimento individualizados ou sessões que podem ocorrer entre 50min e 60 min, de acordo com a faixa etária de do atendido. O Neuropsicopedagogo busca compreender e atender a uma queixa ou a um fato relatado pela família, escola entre outros que reflitam o universo social em que aquele esteja inserido.

A ação do atuante deve ser cauteloso no sentido ético, técnico e profissional, atendendo à Resolução 03/2014 em seu capítulo II que descreve os princípios fundamentais e diretrizes para sua ação. Assim, seguem:

#### I) Investigação Inicial:

- a) Investigar e analisar os relatos e queixas advindas dos contextos específicos, realizando anamnese, entrevistas, coletas de dados a partir de observações para posterior análise;
- b) Estabelecer hipóteses para traçar o planejamento da intervenção neuropsicopedagógica, devidamente embasado em conhecimentos técnicos-científicos;
- c) Selecionar atividades para testar as hipóteses através das intervenções direcionadas, que devem ser seguidas de análises que podem ou não confirmá-las.

#### II) Planejamento e Intervenção:

- a) Após identificação e confirmação das dificuldades a serem trabalhadas, planejar a intervenção conforme protocolo específico de atendimento, utilizando instrumentos validados e aplicados em população brasileira, de acordo com a faixa etária;
- b) Elaborar um plano de trabalho estabelecendo metas iniciais, intermediárias e finais para avaliar continuamente os avanços durante a intervenção;
- c) Organizar registros dos atendimentos visando acompanhamento adequado a cada caso tratado.

#### III) Encaminhamentos e/ou resultados:

- a) Elaboração de parecer ou laudo descritivo neuropsicopedagógico indicando as características e os resultados do trabalho, avanços ou novas



necessidades detectadas e que precisam ser encaminhadas ou novamente trabalhadas;

b) Realizar encaminhamento a outros profissionais, visando o trabalho em equipe multiprofissional tratando cada pessoa atendida como pessoa com características específicas, mas com necessidades diversificadas;

c) Indicar a finalização do trabalho evidenciando a superação das dificuldades de aprendizagem apresentadas, emitindo um parecer neuropsicopedagógico.

## **2ª) Sobre a titulação e formação**

Com relação à formação do Neuropsicopedagogo, esta deve atender o que preceitua o Capítulo V da Resolução 03/2014 da SBNPp, conforme os artigos que seguem:

Artigo 68. A formação educacional do Neuropsicopedagogo se dá através de curso de pós-graduação (especialização lato sensu) com a titulação mínima certificada de Neuropsicopedagogia.

Artigo 69. A formação educacional do Neuropsicopedagogo deve ser ministrada por IES (Instituição de Ensino Superior), devidamente credenciada por órgãos competentes de acordo com a legislação em vigor do Ministério da Educação, MEC.

Artigo 70. A formação educacional do Neuropsicopedagogo só será considerada após a conclusão e recebimento de seu certificado emitido pela IES (Instituição de Ensino Superior).

Destarte, quanto à formação e ao perfil profissional do Neuropsicopedagogo, torna-se imperativo observar criteriosamente o cumprimento integral do projeto curricular, pelo aluno em sua formação, considerando os conhecimentos estudados acerca das seguintes disciplinas:

Artigo 72. A fim de reconhecimento institucional na formação educacional em Neuropsicopedagogia, este Código prevê a legitimação através da indicação pela SBNPp (Sociedade Brasileira de Neuropsicopedagogia), os cursos que apresentarem em seus projetos pedagógicos critérios estabelecidos como técnicos para a formação profissional do Neuropsicopedagogo e nas matrizes curriculares do quadro das disciplinas eixos que contemplem dois tipos de perfil em seus contextos de atuação:  
§1º. Para o perfil 01 - institucional, de educação inclusiva, de educação especial:

a) Cursos com todas as prerrogativas já mencionadas dos Artigos 68 a 72;  
b) Com matriz curricular que contemple uma carga horária igual ou maior que 360 horas;  
c) Com as ementas das disciplinas e referenciadas com suas devidas bibliografias;

d) Isoladamente no projeto pedagógico sejam contempladas em um núcleo específico para os temas que abordam a educação das deficiências, tornando-os disciplinas obrigatórias:

- Educação do Deficiente Físico e das Múltiplas Deficiências
- Educação do Deficiente Auditivo
- Educação do Deficiente Intelectual
- Educação do Deficiente Visual

e) Isoladamente no projeto pedagógico sejam contempladas as disciplinas que abordem os seguintes temas:



- Atuação Profissional do Neuropsicopedagogo - Intervenção Neuropsicopedagógica - Avaliação Neuropsicopedagógica.

Parágrafo único: Os cursos à distância, desde que autorizados pelo MEC, devem compor sua carga horária mínima de 25% de atividades presenciais. Considerando a especificidade e complexidade da formação do Neuropsicopedagogo, a modalidade a distância permanecerá como alvo de estudo, submetendo a análise curricular do curso ao Conselho de Ética e Técnico Profissional da SBNPP.

§2º. Para o perfil 02 – clínica, atendimento individual e/ou multidisciplinar:

a) Cursos com todas as prerrogativas já mencionadas dos Artigos 68º a 72º;

b) Com matriz curricular que contemple uma carga horária igual ou maior que 600 horas;

c) Em regime educação presencial;

d) Com as ementas das disciplinas e referenciadas com suas devidas bibliografias;

e) Isoladamente no projeto pedagógico sejam contempladas disciplinas que abordem os seguintes temas:

- Práticas Multiprofissionais em Neurociências

- Neurofarmacologia

- Atuação Profissional do Neuropsicopedagogo.

- Intervenção Neuropsicopedagógica Avaliação Neuropsicopedagógica.

f) Isoladamente no projeto pedagógico seja contemplado o projeto específico ao longo do curso para Estágio orientado, ou supervisionado, sendo que a carga horária mínima deve ser 20% do total da carga horária do curso.

É importante ressaltar que os perfis do Neuropsicopedagogo, ao concluir o curso específico, garante a condição de atuação técnica e, por meio, da produção de trabalho acadêmico para a conclusão do curso, efetiva o exercício da pesquisa científica, atitude esta que deve prosseguir durante sua carreira profissional.

Por fim, exaramos esta Nota Técnica ratificando o compromisso deste Conselho Técnico-Profissional em zelar pelo exercício da Neuropsicopedagogia, respeitando e definindo sua atividade profissional conforme o âmbito de sua nobre atuação e contribuição social que se conserva à sua formação técnico-científica específica.

Joinville/SC, 16 de março de 2016.

**Conselho Técnico-Profissional da SBNPP**